



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 6/2013


Dispõe sobre a autorização ao Poder
Executivo para a alienação de imóveis.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e
eu promulgo, nos termos do art.73 da Constituição Estadual,
combinado com o art. 122 do Regimento Interno o seguinte:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a José Bolivar Garcia Lelis, o Lote nº 25, Gleba Ribeirão do Tigre – Secção A, do imóvel denominado Colônia Paranaíba, com área de 60,5054 ha, localizado no Município de Nova Londrina, nos termos da Mensagem nº 202, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

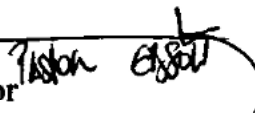
Sala das Comissões, 26 de março de 2014.

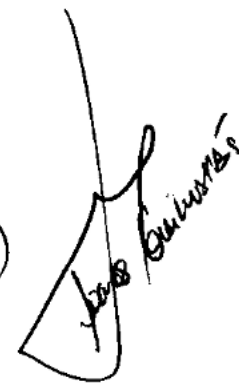

ALEXANDRE CURY
Presidente





Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2013

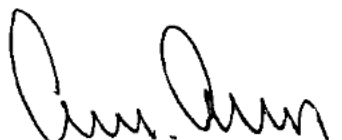
Dispõe sobre a autorização ao Poder
Executivo para a alienação de
imóveis.



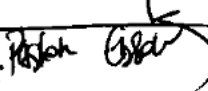
**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e
eu promulgo, nos termos do art.73 da Constituição Estadual,
combinado com o art. 122 do Regimento Interno o seguinte:**


Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Jerônimo Conrado Neto, o Lote nº 06/E, Gleba 16, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 37,1903 ha, localizado no Município de Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 203, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator 





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 8/2013

Dispõe sobre a autorização ao Poder
Executivo para a alienação de imóveis.




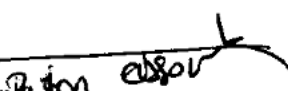
**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e
eu promulgo, nos termos do art.73 da Constituição Estadual,
combinado com o art. 122 do Regimento Interno o seguinte:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Oswaldo Batista, o Lote nº 192, Gleba 03, Parte 02, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 0,0604 ha, localizado no Município de Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 206, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente




Relator 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2013

Dispõe sobre a autorização ao Poder
Executivo para a alienação de imóveis.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e
eu promulgo, nos termos do art.73 da Constituição Estadual,
combinado com o art. 122 do Regimento Interno o seguinte:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, autorizado, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Pedrinho Trombini, o Lote nº 10.E, Gleba 01, do imóvel denominado Colônia Boa Ventura, com área de 1,4281 ha, localizado no Município de Boa Ventura do São Roque, Comarca de Pitanga, nos termos da Mensagem nº 207, de 11 de dezembro de 2013, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de dezembro de 2013, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de março de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente

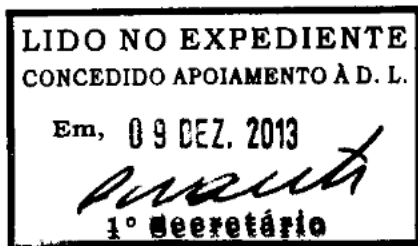

Relator


Tori Nto


José Carlos Gomes



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24/13

Dá nova redação ao *caput* do art. 2º e inclui o art. 4º-A na Lei Complementar nº 137, de 6 de julho de 2011.

Art. 1º O *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 137, de 6 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para efeito do disposto no *caput* do art. 1º desta Lei, respeitado o exercício da competência legislativa municipal, os atos oficiais deverão ser veiculados obrigatoriamente por:”

Art. 2º Acrescenta o art. 4º-A à Lei Complementar nº 137, de 2011, com a seguinte redação:

“Art. 4º-A É dever dos poderes públicos municipais zelar pelo regular arquivamento dos atos publicados, observando as disposições relativas à gestão de documentos contidas na Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões em, 9 de dezembro de 2013


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado Plauto Miró Guimarães
1º Secretário



JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei Complementar visa o aperfeiçoamento da Lei Complementar nº 137, de 6 de julho de 2011, no que concerne ao eventual exercício de competência legislativa pelos Municípios, bem como ao arquivamento dos atos publicados, tendo em vista a política de gestão de documentos estabelecida pela Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a fim de resguardar consultas posteriores.



Lei Complementar 137 - 06 de Julho de 2011

Publicado no Diário Oficial nº. 8501 de 6 de Julho de 2011

Súmula: Regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Nos termos dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, do artigo 27 da Constituição Estadual, todos os atos dos poderes públicos municipais deverão atender ao princípio da publicidade de modo a permitir que qualquer consuinte saiba sua origem, destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos documentos que, nos termos da Lei, sejam gravados com sigilo.

Art. 2º Para efeito do disposto no *caput* do artigo 1º, os atos oficiais deverão ser veiculados, obrigatoriamente, por:

I – meio eletrônico, junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado;

II – mídia impressa.

§ 1º A obrigação de veiculação de que trata o *caput* deste artigo alcança os atos administrativos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, incluindo as respectivas administrações diretas e indiretas, que importem em realização de despesas públicas, tais como:

- a) as aquisições e locações de bens móveis e imóveis;
- b) as doações, cessões e operações financeiras de qualquer natureza;
- c) a admissão, nomeação, demissão, exoneração e aposentadorias de servidores e empregados públicos, incluídos os comissionados;
- d) atos relacionados à contratação de fornecedores e prestadores de serviços, incluindo os respectivos editais de licitação;
- e) atos relacionados à gestão fiscal.

§ 2º Os municípios que mantenham serviços eletrônicos por meio dos quais promovam, em suas respectivas páginas de internet, a publicação de Diário Oficial Municipal, por meio das quais se garanta amplo e livre acesso às publicações dos atos oficiais, ficam dispensados da veiculação, por meio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

§ 3º A escolha do veículo para publicação em mídia impressa será feita mediante procedimento licitatório que propicie a participação de jornais de comprovada circulação no Município e região em que se situe.

§ 4º A veiculação dos atos de que trata este artigo poderá se dar por meio de extrato reduzido, no qual conste a identificação das partes, natureza do ato e da identificação do processo que lhe deu origem, com os respectivos objetos, valores e prazos.

(Incluído pela Lei Complementar 141 de 23/01/2012)

§ 5º Em se tratando de atos relativos a servidores, o extrato de que trata o parágrafo anterior deverá conter a identificação do servidor com os respectivos números do Registro Geral e do Cadastro Nacional de Pessoa Física, o cargo ocupado, a finalidade do ato e a identificação do processo que lhe deu origem.

(Incluído pela Lei Complementar 141 de 23/01/2012)

Art. 3º A publicação de que trata o § 2º do artigo 27, da Constituição Estadual, dar-se-á nos termos do artigo 2º desta Lei Complementar.

Art. 4º A publicação em meio eletrônico deverá ser de amplo acesso público, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso do edital ou qualquer outro ato relativo à licitação.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os municípios deverão se adequar ao disposto na presente Lei Complementar até o dia 1º de janeiro de 2012, cabendo ao Tribunal de Contas a fiscalização do cumprimento dos termos desta Lei Complementar.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 16.238, de 30 de setembro de 2009.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de julho de 2011.

Carlos Alberto Richa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



REQUERIMENTO



Requer Regime de Urgência para discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº. 24/2013.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, **REGIME DE URGÊNCIA** para discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº. 24/2013 que dá nova redação ao *caput* do art. 2º e inclui art. 4º-A na Lei Complementar nº 137, de 6 de julho de 2011.

Sala das Sessões, 17 de março de 2014.


Deputado Valdir Rossoni
Presidente

15:02 17/03/2014 001106 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

18 3 14
após



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24/2013

Projeto de Lei Complementar nº. 24/2013

Autor: Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni

Súmula: Dá nova redação ao caput do art. 2º e inclui o art. 4º-A na Lei Complementar nº 137, de 06 de julho de 2011.

EMENTA: ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/11. ALTERAÇÃO EM TEXTO NORMATIVO. CRIAÇÃO DE ARTIGO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar em análise, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Valdir Rossoni, objetiva alterar a Lei Complementar nº 137, de 06 de julho de 2011, que regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

Desta forma, este Projeto de Lei Complementar visa o aprimoramento Legislativo no âmbito do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei de Complementar, enuncia o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifamos)

A Constituição Estadual prevê em seu art. 27, § 4º, mecanismos de acesso às informações públicas pelo cidadão paranaense, vejamos:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade, também, ao seguinte:

(...)



Comissão de Constituição e

(Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001) (vide Lei 16867 de 12/07/2011)

§ 4º. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na Administração Pública direta e indireta, regulando especialmente: (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

I - as reclamações relativas a prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

II - o acesso dos usuários a registros administrativo e a informações sobre atos de Governo observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII da Constituição Federal;

(Incluído pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. (Incluído pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)

Cabe ressaltar, que o presente Projeto de Lei Complementar é o meio adequado para se aprimorar o sistema legislativo estadual, como bem destaca na Justificativa apresentada pelos autores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei Complementar em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é a presente pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar ora analisado, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
REALATOR


APROVADO

18.03.14 8
5

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

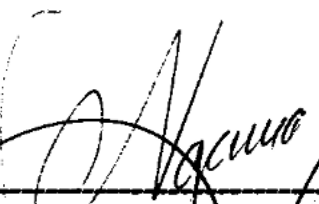
PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24/13

O presente Projeto de Lei Complementar apresentado pelos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães tem por finalidade dar nova redação ao caput do artigo 2ª e incluir o artigo 4ª - A na Lei Complementar nº 137 de 6 de julho de 2011.

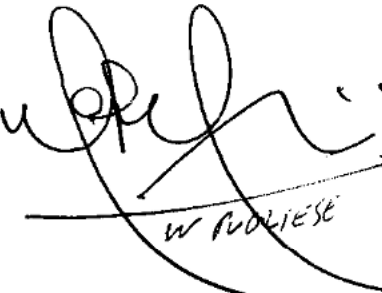
Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

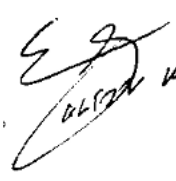
Sala das Sessões, em 19 de março de 2014.



Deputado Nelson Garcia
Presidente



SCA NAUVELA
Relator



WZL BOK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº24/2013

Projeto de Lei Complementar nº 24/2013

Autoria: Deputado Plauto Miró, Deputado Valdir Rossoni

Súmula: Dá nova redação ao Caput do Art. 2º e inclui o art. 4º-A na Lei Complementar nº 137, de 6 de julho de 2011.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 24/2013** de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães e Valdir Rossoni, contextualiza em sua íntegra a nova redação da Lei Complementar nº 137 de Julho de 2011, resguardando o arquivamento dos atos publicados pelos municípios em relação à prática da publicidade das ações praticadas no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei Complementar nº 24/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que a proposição sugere fundamentos importantes adicionais na Lei Complementar já existente nº 137 de 06 de julho de 2011, que regulamenta os atos de publicidade praticados em âmbito municipal. A sugestão apresentada em proposta analisada delimita a obrigatoriedade de preocupação com o arquivamento dos atos publicados nos municípios. Baseando-se na fundamentação justificada, referida proposta visa aperfeiçoar a Lei existente, prezando pelo arquivamento dos atos publicados em razão da transparência e o resguardo de consultas posteriores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Lei Federal nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, prioriza a política de gestão de proteção documental, com o objetivo principal de elevar a transparência e a unificação de informações de forma mais precisa e eficaz em relação aos processo de publicidade realizado pelos municípios.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Cabe salientar que a constitucionalidade desta matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça ao se basear na competência exalada pela Comissão Executiva para apresentar esta proposição. Seu mérito, já recebeu também parecer favorável da Comissão de Fiscalização desta Casa de Leis, que em uma análise abrangente se referiu à importância de fiscalizar as ações dos municípios, bem como aos atos de publicidade já publicados, apresentando-se em epígrafe o não ferimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assentindo-se os pontos favoráveis da matéria.

Cabe à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, analisar o mérito desta Proposição em relação direta ao processo de Comunicação, à publicidade dos atos e ao interesse público nele apresentado. Este processo vem de encontro à Lei da Informação, estabelecendo-se a necessidade do resguardo de documentos, para o acesso às informações cada vez mais precisas, importantes e de forma eficaz, pela transparência das ações municipais.

Vale a pena citar o trabalho relativo da União, os Estados e os Municípios para espelhar a comunicação, a ordem, o avanço e a transparência nas ações como um processo necessário de informação, conforme cita o Artigo 206 da Constituição Estadual, em que se refere ao estímulo para um processo de informação seguro, mas agregado diretamente aos princípios da Constituição Federal, ou seja, sem sombra de dúvidas, um processo comunicacional, com um resguardo importante de documentos que acaba sendo de comum interesse de todos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Art. 206. O Estado, dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão restrição, observados os princípios da Constituição Federal.

(Artigo 206º -Capítulo IV Da Comunicação Social - Constituição do Estado do Paraná – grifo nosso)

Desta forma, destacamos que o **Projeto de Lei Complementar 24/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um peso indiscutível em seu mérito analisado por esta comissão, evidenciada pela Comissão Executiva em forma de Lei Complementar, que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, ao citar a política de gestão de documentos como um avanço na comunicação.

III – CONCLUSÕES

Ao analisarmos o mérito da matéria proposto a esta Comissão, verificamos que este processo faz referencia à implantação da Lei de Informação, momento este em que a sociedade passou a ter o acesso à informação de forma direta, cada vez mais precisa e abrangente, destacando assim a importância da gestão ideal de documentos, que facilitam de certa forma a pesquisa e a informação.

Conforme citou-se, a Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a transparência de ações e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei Complementar 24/2013**, ao tratar do acesso direto à informação, depara-se com um mérito de resgate ético, profissional e de necessidade de adaptações na Lei já existente, de forma transparente, única e exclusivamente em benefícios de todos.

Assim, esta proposição reúne as condições necessárias para seguir sua tramitação em relação ao seu mérito analisado nesta Comissão, buscando cada vez mais a valorização da transparência e os objetivos almejados pela Comunicação no Estado do Paraná. Desta forma,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



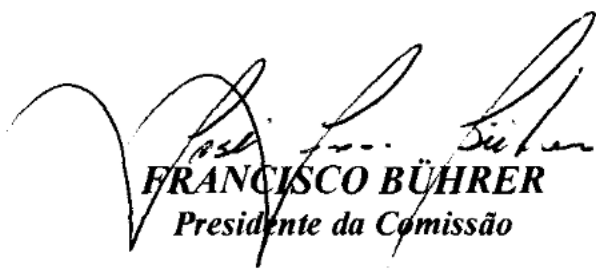
a proposição em tela analisada apresenta os critérios precisos para ser apoiado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, na ocasião em parecer apresentado pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado, em razão de seus benefícios trazidos ao processo de Comunicação e transparência no Estado em parceria com os Municípios, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

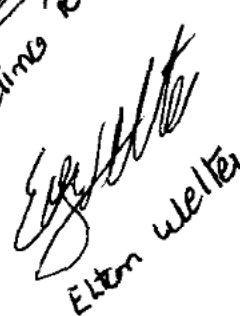
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei Complementar 24/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 24 de março de 2013.


FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão


TERCÍLIO TURINI
Relator


Adelino Ribeiro


Elton Welter



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

PROJETO DE LEI Nº

596/13




Súmula: Denomina Nassib Jabur, o Viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid – PR 445, no cruzamento com a Avenida Madre Leônia Milito, no Município de Londrina.

Art. 1º Fica denominado Nassib Jabur, o Viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid - PR 445, no cruzamento com a Avenida Madre Leônia Milito, situado no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 12 de novembro de 2013.


TERCÍLIO TURINI
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende denominar Nassib Jabur, o Viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid - PR 445, no cruzamento com a Avenida Madre Leônia Milito, situado no Município de Londrina.

Nassib Jabur nasceu no dia 12 de dezembro de 1937, na pequena Cidade de Taciba - SP, localizada entre os Municípios de Regente Feijó, Estado de São Paulo, e Porecatu, Estado do Paraná.

Em 12 de dezembro de 1939, sua família mudou-se para o Município de Porecatu, onde seu pai tinha um pequeno comércio, onde também eram vendidos bilhetes de loterias.

Quando ainda moço, Nassib mudou-se para o Município de Londrina, onde começou a trabalhar com Paulo Pimentel.

Nassib Jabur foi diretor da antiga Televisão Coroados (atual rede globo), e posteriormente, da Televisão Iguaçu, situada no Município de Curitiba. Foi fundador e diretor do Jornal Panorama do Município de Londrina, fonte também do grupo Paulo Pimentel, e fundador e diretor da Televisão Tibagi, situada na Cidade de Apucarana. Cabe salientar, que a Televisão Tibagi foi fundada sem que o grupo Paulo Pimentel necessitasse investir qualquer recurso financeiro, uma vez que, na época, Nassib Jabur já vendia sua programação futura.

Nesta época, os irmãos de Nassib possuíam Casas Lotéricas em Londrina e Porecatu. Ao deixar o Grupo Pimentel, montou então, no Município de Londrina, a Imobiliária Manaos Ltda. e a NJ Empreendimentos Imobiliários Ltda., lançando o loteamento denominado Jardim Columbia A - B - C - D, em parceria com a família Nakamura, detentora do terreno.

No governo de José Richa, Nassib dirigiu a loteria do Estado do Paraná, sendo convidado para exercer o cargo máximo da SERLOPAR,



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



durante todo o mandato do então Governador e durante parte do mandato do Governador Roberto Requião.

Foi coordenador da campanha política de Álvaro Dias, tornando-se, posteriormente, assessor especial do Governador, onde despachava diariamente e atuava como seu conselheiro.

Nassib Jabur faleceu no dia 26 de outubro de 2001, no Hospital Mater Dei, no Município de Londrina, onde tinha uma vida ativa e cuidava dos negócios da família.

Diante do exposto e objetivando prestar uma singela homenagem ao Senhor Nassib Jabur, pedimos o apoio desta proposta e sua devida aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO 596/2013

Projeto de Lei nº 596/2013
Autores: Deputado Tercílio Turini.

Súmula: Denomina Nassib Jabur, o Viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid – PR 445, no cruzamento com a Avenida, Madre Leônia Milito, no Município de Londrina.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE VIADUTO. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O VIADUTO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por objetivo denominar de Nassib Jabur, o viaduto localizado na Rodovia Celso Garcia Cid – PR 445, no cruzamento com a Avenida Madre Leônia Milito, no Município de Londrina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no
na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.


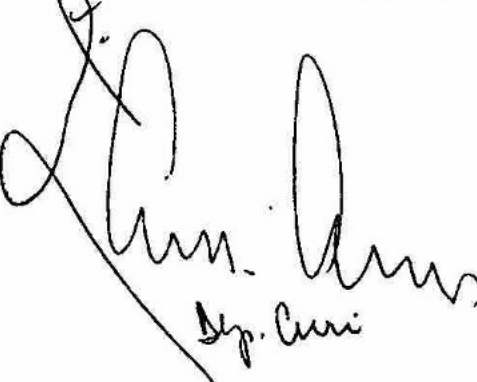
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos
Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Dep. Perillo
Dep. Curi




Dep. Tadeu
Dep. Tadeu
Dep. Tadeu

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

11.02.14


Dep. Neuen